ISSN: 2358-8829

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Elisângela Santiago dos Santos[1]
Camila Bahia Goes [2]

INTRODUÇÃO

Pensar a inclusão escolar exige refletir sobre as condições que são oferecidas aos estudantes para que possam participar efetivamente dos processos de ensino e aprendizagem. Embora o acesso à escola represente uma conquista importante, a inclusão não se concretiza apenas pela presença do estudante em sala de aula. É necessário que o espaço escolar reconheça as diferenças, considere as necessidades educacionais dos alunos e desenvolvam práticas pedagógicas que favoreçam a participação, a interação e a construção do conhecimento.

No ensino de Língua Portuguesa, essa discussão assume particular importância, uma vez que a linguagem participa das relações sociais e das diferentes formas de expressão e compreensão do mundo. Nesse sentido, ensinar a língua não se restringe ao trabalho com regras gramaticais, mas envolve a criação de oportunidades para que os estudantes leiam, interpretem, produzam textos e compartilhem sentidos. Para estudantes com deficiência intelectual, essas experiências precisam considerar suas especificidades e potencialidades, sem que as dificuldades de aprendizagem sejam tomadas como limites definitivos para o seu desenvolvimento. A partir dessa compreensão, torna-se necessário refletir sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar e sobre as possibilidades de tornar o ensino de Língua Portuguesa mais acessível e participativo. A utilização de diferentes recursos didáticos, como textos, atividades de produção escrita e materiais audiovisuais e auditivos, pode contribuir para diversificar as formas de acesso

[1] Graduando do Curso de Licenciatura em Letras- Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana - BA, elisangelasanttiago201@gmail.com;
[2] Doutora em Educação pela da Universidade Federal da Bahia- BA, camilabahiaagoes@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

ao conhecimento e ampliar as oportunidades de envolvimento dos estudantes nas atividades propostas.É nesse contexto que se insere o Plano de Trabalho de Extensão "A inclusão e o Ensino de Língua Portuguesa para estudantes com Deficiência Intelectual no Ensino Fundamental II", vinculado à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na Bahia. Desenvolvido em uma turma do 8º ano do Ensino Fundamental II, em uma escola quilombola do município de Feira de Santana, o trabalho busca observar o desenvolvimento dos estudantes com deficiência intelectual nas aulas de Língua Portuguesa, considerando as práticas pedagógicas e as intervenções voltadas à interpretação textual, à produção escrita e ao uso de diferentes recursos didáticos.

Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir a importância de práticas de ensino de Língua Portuguesa que favoreçam a participação e a inclusão de estudantes com deficiência intelectual, considerando suas especificidades, potencialidades e diferentes formas de aprendizagem. Para tanto, a discussão fundamenta-se nas contribuições de Mantoan (2006), Sassaki (2010), Pimentel (2018), Antunes (2003) e Soares (2009), Goes (2023) e Goes e Neves (2024) buscando estabelecer um diálogo entre os referenciais teóricos e as experiências desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de caráter participativo e interventivo, vinculado ao Plano de Trabalho de Extensão A Inclusão e o Ensino de Língua Portuguesa para estudantes com Deficiência Intelectual no Ensino Fundamental II, desenvolvido no âmbito da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), por meio do programa Observatório de Educação: violência, inclusão e direitos humanos.O plano de trabalho integra as ações de extensão universitária e está vinculado ao Edital PIBEX 01/2025 – Geral. A experiência desenvolve-se em uma escola pública quilombola, com uma turma do 8º ano do Ensino Fundamental II, tendo como foco as práticas de ensino de Língua Portuguesa direcionadas aos estudantes com deficiência intelectual. O trabalho busca compreender aspectos do contexto escolar que interferem na participação e na aprendizagem desses estudantes, considerando as possibilidades de construção de estratégias pedagógicas inclusivas.

ISSN: 2358-8829

O percurso metodológico contempla, inicialmente, estudos teóricos sobre educação inclusiva, ensino de Língua Portuguesa e contribuições da perspectiva histórico-cultural para a aprendizagem. Em seguida, foram realizadas atividades de aproximação com o contexto escolar, observação da realidade educacional e diálogo com professores e estudantes. Essas ações possibilitaram um levantamento preliminar de barreiras pedagógicas e curriculares, contribuindo para o planejamento das etapas seguintes do projeto.

A proposta prevê a continuidade das ações por meio do desenvolvimento de intervenções pedagógicas, elaboração de materiais didáticos inclusivos e ampliação das possibilidades de participação dos estudantes nas aulas de Língua Portuguesa. Entre as práticas consideradas estão atividades de interpretação textual, produção escrita e utilização de recursos audiovisuais e auditivos, a serem planejadas de acordo com as necessidades identificadas no contexto escolar. A educação inclusiva exige uma reflexão sobre o papel da escola na garantia do direito à aprendizagem. Embora o acesso à educação seja uma condição indispensável, a inclusão não se concretiza integralmente quando o estudante permanece no espaço escolar sem encontrar condições adequadas para participar das atividades propostas. É necessário considerar as barreiras presentes nas práticas pedagógicas, na organização curricular e nas relações estabelecidas no cotidiano escolar.

A análise da experiência fundamenta-se na articulação entre os referenciais teóricos estudados e as situações observadas durante o desenvolvimento do projeto. Busca-se refletir sobre as barreiras identificadas, as estratégias pedagógicas possíveis e os desafios relacionados à efetivação da inclusão no ensino de Língua Portuguesa.

REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Educação inclusiva: políticas, práticas e desafios escolares

A educação inclusiva constitui um compromisso com a garantia do direito à aprendizagem e à participação de todos os estudantes. Sua efetivação, entretanto, não se limita ao acesso e à permanência na escola, pois exige condições pedagógicas e institucionais que possibilitem aos estudantes participar das atividades e construir

conhecimentos. Nesse sentido, é necessário refletir sobre as barreiras presentes nas práticas de ensino, na organização curricular e nas relações estabelecidas no cotidiano escolar.Mantoan (2006) compreende a inclusão como uma transformação da perspectiva educacional, que implica rever práticas tradicionais e reconhecer a diversidade dos sujeitos como parte do processo educativo. Essa concepção permite questionar modelos de ensino que privilegiam uma única forma de aprender e atribuem exclusivamente ao estudante a responsabilidade por suas dificuldades. No caso dos estudantes com deficiência intelectual, torna-se fundamental reconhecer suas potencialidades e oferecer os apoios necessários à participação nas atividades curriculares.

Essa discussão pode ser ampliada a partir das contribuições de Camila Bahia. Em sua tese *Salas de recursos multifuncionais como política de inclusão no município de Feira de Santana – BA: dos contextos da influência aos contextos da prática*, Góes (2023) analisa a política de educação inclusiva no município, considerando os desafios relacionados à implementação das salas de recursos multifuncionais e às condições concretas das instituições escolares. A pesquisa contribui para compreender que a inclusão depende não apenas das orientações estabelecidas pelas políticas públicas, mas também da maneira como elas são interpretadas e colocadas em prática nas escolas.

Em trabalho desenvolvido com Bárbara Coelho Neves, Góes e Neves (2024) aprofundam essa discussão ao investigar o contexto da prática das salas de recursos multifuncionais em Feira de Santana. As autoras contribuem para a reflexão sobre a relação entre as políticas de inclusão e as experiências dos profissionais que atuam nesse contexto, evidenciando a importância de considerar as condições reais de implementação das propostas educacionais. Embora esses estudos tenham como foco as políticas de inclusão e as salas de recursos multifuncionais, suas contribuições são pertinentes para pensar os desafios encontrados no ensino de Língua Portuguesa. A identificação de barreiras pedagógicas e curriculares, prevista no plano de trabalho extensionista que fundamenta este artigo, precisa considerar tanto as práticas desenvolvidas em sala de aula quanto às condições institucionais que favorecem ou dificultam a participação dos estudantes.

Dessa forma, a inclusão deve ser compreendida como uma responsabilidade compartilhada entre os sistemas de ensino, as instituições escolares e os profissionais da

educação. Mais do que garantir a presença do estudante, é necessário construir condições para que ele participe das atividades, tenha acesso ao conhecimento e desenvolva progressivamente sua autonomia.

3.2 Linguagem, interação e aprendizagem

O ensino de Língua Portuguesa ocupa um lugar importante na formação dos estudantes, pois possibilita ampliar as formas de comunicação, interpretação e participação social. Aprender a língua envolve compreender textos, expressar opiniões, produzir sentidos e interagir em diferentes situações. Por isso, o ensino não deve se restringir à memorização de regras gramaticais ou à realização de exercícios descontextualizados, mas contemplar práticas de leitura, escrita e oralidade relacionadas aos usos sociais da linguagem.

Antunes (2003) destaca a dimensão do ensino de português, contribuindo para uma abordagem que considera a língua como prática social. Essa perspectiva permite organizar atividades em que os estudantes possam compreender a função dos textos, compartilhar interpretações e utilizar a linguagem em situações significativas. Para estudantes com deficiência intelectual, essa proposta exige atenção às formas de apresentação dos conteúdos e às possibilidades de participação, sem que isso signifique reduzir suas oportunidades de aprendizagem.

A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky também contribui para essa discussão ao destacar a importância das interações sociais e da mediação no desenvolvimento humano. A aprendizagem é compreendida como um processo que envolve a relação com outras pessoas, a linguagem e os instrumentos culturais. No contexto escolar, essa compreensão reforça o papel do professor na organização de situações de aprendizagem, oferecendo orientações e apoios que favoreçam a participação dos estudantes. Assim, nas aulas de Língua Portuguesa, a mediação pode ocorrer por meio da leitura compartilhada, de perguntas orientadoras, da organização das ideias antes da escrita e da retomada de informações importantes de um texto. Essas estratégias podem contribuir para tornar as atividades mais acessíveis, considerando os objetivos curriculares e as necessidades identificadas no contexto escolar.

3.3 Letramento e possibilidades de práticas pedagógicas inclusivas

ISSN: 2358-8829

A discussão sobre o ensino de Língua Portuguesa também envolve a compreensão da leitura e da escrita como práticas sociais. Os estudos de Magda Soares sobre letramento contribuem para refletir sobre a importância de inserir os estudantes em situações reais e significativas de uso da linguagem, nas quais possam compreender diferentes textos, expressar ideias e participar das práticas de comunicação presentes na escola e na sociedade.Nessa perspectiva, a aprendizagem da escrita não deve se limitar à reprodução de palavras ou à realização de exercícios mecânicos. É importante criar oportunidades para que os estudantes compreendam a finalidade dos textos e reconheçam a escrita como uma forma de expressão e interação. Para isso, as atividades podem ser organizadas em etapas, com orientações claras, exemplos e acompanhamento durante sua realização.

No trabalho com estudantes com deficiência intelectual, algumas possibilidades incluem interpretação textual com apoio visual, leitura mediada, produção escrita orientada e utilização de recursos audiovisuais e auditivos. Esses recursos podem ampliar as formas de acesso aos conteúdos, desde que estejam relacionados aos objetivos de aprendizagem e sejam acompanhados de mediação pedagógica. Sua utilização, isoladamente, não garante a aprendizagem; é necessário observar como os estudantes respondem às propostas e realizar os ajustes necessários.O planejamento dessas práticas precisa considerar que os estudantes apresentam diferentes necessidades, experiências e formas de participação. Por isso, não há uma estratégia única que responda a todas as situações. O professor precisa acompanhar o desenvolvimento das atividades, identificar dificuldades e potencialidades e construir alternativas que favoreçam a participação dos estudantes sem restringir o acesso aos conhecimentos previstos no currículo.Também é importante considerar o contexto sociocultural em que o ensino acontece. Em uma escola quilombola, as práticas de leitura e escrita podem dialogar com as experiências, os conhecimentos e as manifestações culturais da comunidade, de maneira respeitosa e contextualizada.

Diante disso, a articulação entre educação inclusiva, linguagem e letramento permite compreender que o ensino de Língua Portuguesa deve criar condições para que todos os estudantes participem de práticas significativas de leitura, escrita e interação. As contribuições de Antunes, Vygotsky e Soares ajudam a fundamentar as escolhas pedagógicas, enquanto os estudos de Góes (2023) e Góes e Neves (2024) ampliam a

reflexão sobre as políticas e as condições institucionais necessárias à efetivação da inclusão. Em conjunto, essas perspectivas sustentam a importância de aproximar o planejamento pedagógico das necessidades observadas no contexto escolar, princípio que orienta a experiência extensionista discutida neste artigo.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise da experiência extensionista foi organizada em três categorias: reconhecimento do contexto escolar e identificação de barreiras pedagógicas; possibilidades de práticas inclusivas no ensino de Língua Portuguesa; e contribuições da extensão universitária para a formação docente. Essa organização considera as ações iniciais registradas no relatório parcial do projeto e estabelece relações com os referenciais teóricos que fundamentam a discussão.

4.1 Reconhecimento do contexto escolar e identificação de barreiras

As ações iniciais do projeto envolveram estudos teóricos sobre educação inclusiva e ensino de Língua Portuguesa, aproximação com a realidade escolar, observação do contexto educacional e diálogo com professores e estudantes. Essas atividades possibilitaram um levantamento preliminar de barreiras pedagógicas e curriculares que precisam ser consideradas no planejamento das ações seguintes.Esse primeiro movimento evidencia a importância de conhecer as condições concretas em que o ensino acontece antes de propor intervenções. A observação do cotidiano escolar permite refletir sobre a organização das atividades, os recursos utilizados e as oportunidades de participação oferecidas aos estudantes com deficiência intelectual. Entretanto, o levantamento realizado constitui uma etapa inicial, não sendo suficiente para afirmar que todas as barreiras existentes foram identificadas.

Essa discussão dialoga com Mantoan (2006), para quem a inclusão exige mudanças nas práticas educacionais, e com Góes (2023), cuja pesquisa analisa os desafios da implementação das políticas de educação inclusiva em Feira de Santana. As contribuições da autora ajudam a compreender que a efetivação da inclusão depende

ISSN: 2358-8829

também das condições institucionais e da maneira como as políticas educacionais se concretizam no cotidiano escolar.

Desse modo, o reconhecimento da realidade investigada constitui uma etapa fundamental para a construção de propostas pedagógicas contextualizadas, evitando que as intervenções sejam elaboradas sem considerar as necessidades dos estudantes e as condições de trabalho da escola.

4.2 Possibilidades de práticas inclusivas no ensino de Língua Portuguesa

Outra dimensão relevante da experiência refere-se ao planejamento de estratégias pedagógicas que favoreçam a participação dos estudantes com deficiência intelectual nas aulas de Língua Portuguesa. O plano de trabalho prevê a elaboração de materiais inclusivos e o desenvolvimento de atividades relacionadas à interpretação textual, à produção escrita e à utilização de recursos audiovisuais e auditivos.Essas propostas podem ampliar as formas de acesso aos conteúdos, desde que sejam organizadas de acordo com os objetivos de aprendizagem e acompanhadas de mediação pedagógica. Na interpretação textual, por exemplo, podem ser utilizados questionamentos orientadores, leitura compartilhada e apoio visual. Na produção escrita, o planejamento das ideias, a elaboração por etapas e as orientações durante a atividade podem auxiliar os estudantes na construção de seus textos.

A pertinência dessas possibilidades pode ser compreendida a partir de Antunes (2003), que destaca a dimensão interacional do ensino de Língua Portuguesa, e de Vygotsky, cuja perspectiva histórico-cultural valoriza a mediação e as interações sociais no processo de aprendizagem. Esses referenciais contribuem para pensar práticas que não se limitem à transmissão de conteúdos, mas favoreçam a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento.

É necessário destacar, contudo, que as intervenções pedagógicas e a produção de materiais inclusivos estavam em desenvolvimento no período contemplado pelo relatório parcial. Assim, as estratégias apresentadas correspondem a possibilidades de intervenção fundamentadas no planejamento e no referencial teórico, e não a resultados empíricos já comprovados. A continuidade do projeto permitirá acompanhar sua

realização e analisar de que maneira as atividades contribuem para a participação dos estudantes.

4.3 Extensão universitária e formação docente

A experiência extensionista também apresenta uma dimensão formativa, pois aproxima os conhecimentos construídos na universidade das demandas da escola pública. Os estudos teóricos, a observação do contexto escolar e o diálogo com os sujeitos envolvidos favorecem a reflexão sobre os desafios do ensino inclusivo e sobre a responsabilidade docente na organização de práticas pedagógicas acessíveis.Essa aproximação permite compreender que a formação de professores não se restringe ao domínio dos conteúdos, envolvendo também a capacidade de analisar contextos, reconhecer barreiras e planejar estratégias adequadas às necessidades educacionais dos estudantes. Nesse sentido, a extensão universitária constitui um espaço de articulação entre teoria e prática, possibilitando que os conhecimentos acadêmicos sejam mobilizados para compreender questões concretas da educação básica.

A experiência também reforça a importância de construir propostas que considerem a realidade sociocultural da comunidade escolar. Em uma escola quilombola, essa reflexão exige atenção à diversidade cultural e às experiências dos sujeitos, sem desconsiderar as necessidades específicas relacionadas à aprendizagem. A construção de práticas inclusivas deve, portanto, articular acessibilidade pedagógica, participação e valorização do contexto em que o ensino se desenvolve.

Embora o projeto ainda demande a realização e a sistematização das intervenções previstas, suas etapas iniciais estabelecem uma base para o aprofundamento da análise sobre inclusão e ensino de Língua Portuguesa. A continuidade das ações poderá fornecer elementos para avaliar as estratégias desenvolvidas, identificar desafios e documentar os resultados observados, contribuindo tanto para a formação docente quanto para a reflexão sobre práticas educacionais inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN: 2358-8829

A discussão desenvolvida neste artigo evidencia que a inclusão escolar de estudantes com deficiência intelectual exige mais do que o acesso à escola, sendo necessário garantir condições efetivas de participação e aprendizagem. No ensino de Língua Portuguesa, esse compromisso envolve reconhecer as diferentes formas de aprender e planejar práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento das habilidades de leitura, interpretação, escrita e interação, sem restringir as possibilidades de acesso ao conhecimento.As contribuições teóricas de Mantoan, Antunes, Vygotsky e Magda Soares permitem compreender a importância da mediação docente, das interações sociais e das práticas significativas de linguagem no processo de aprendizagem. Além disso, os estudos de Góes (2023) e Góes e Neves (2024), desenvolvidos no contexto de Feira de Santana, ampliam essa reflexão ao evidenciar a relevância das políticas de inclusão e das condições institucionais para sua efetivação no cotidiano escolar. Dessa maneira, a construção de práticas inclusivas requer tanto o compromisso dos profissionais da educação quanto o fortalecimento das condições pedagógicas e institucionais que sustentam o direito à aprendizagem.

No âmbito do Plano de Trabalho de Extensão desenvolvido na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), as ações iniciais de aproximação com a realidade escolar e de identificação de barreiras pedagógicas e curriculares constituem etapas importantes para o planejamento das intervenções. A proposta de desenvolver atividades de interpretação textual, produção escrita e utilização de recursos didáticos diversificados representa uma possibilidade de ampliar a participação dos estudantes com deficiência intelectual nas aulas de Língua Portuguesa, considerando suas necessidades e potencialidades.

Entretanto, por se tratar de uma experiência em desenvolvimento, ainda não é possível afirmar que as intervenções previstas tenham produzido resultados específicos na aprendizagem dos estudantes. A continuidade do projeto será importante para implementar e acompanhar as atividades planejadas, analisar as possibilidades e os desafios encontrados e sistematizar os resultados observados, respeitando os procedimentos éticos aplicáveis à pesquisa e à extensão universitária.

Conclui-se que a articulação entre universidade e escola pública constitui um espaço relevante para a formação docente e para a reflexão crítica sobre os desafios da educação inclusiva. Espera-se que a continuidade da experiência contribua para o

desenvolvimento de práticas pedagógicas mais acessíveis, contextualizadas e comprometidas com a participação dos estudantes. Assim, reafirma-se que a inclusão no ensino de Língua Portuguesa não consiste apenas em adaptar atividades, mas em construir condições para que todos os estudantes sejam reconhecidos como sujeitos de aprendizagem e tenham oportunidades reais de participar da vida escolar.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas ; Educação Inclusiva, Língua Portuguesa , Quilombola.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e às políticas públicas de incentivo à educação, à pesquisa e à extensão universitária, que tornam possível a aproximação entre universidade e comunidade e ampliam as oportunidades de formação acadêmica e transformação social.

À minha orientadora, Camila Bahia Góes, agradeço pela orientação, pela partilha de conhecimentos e pelas contribuições fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Sua orientação foi importante para aprofundar minhas reflexões sobre a educação inclusiva e compreender a relevância de construir práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade e com o direito à aprendizagem.

Ao meu irmão Kelvin, dedico um agradecimento especial. Foi por meio dele que passei a enxergar o mundo fantástico da inclusão com outros olhos, compreendendo que as diferenças não diminuem as possibilidades de aprender, participar e transformar a realidade. Sua presença na minha vida me ensina diariamente que a inclusão não deve permanecer apenas nos discursos, nas leis ou nos textos acadêmicos: precisa se materializar nas relações, nas oportunidades e no respeito às singularidades de cada pessoa. Este trabalho também carrega muito do que aprendo com ele e do compromisso que desejo assumir com uma educação verdadeiramente inclusiva.

Estendo meus agradecimentos às pessoas que contribuem para a construção de uma universidade pública, gratuita, inclusiva e socialmente comprometida, reconhecendo a importância das políticas públicas que garantem condições para que estudantes possam pesquisar, aprender e desenvolver ações que dialoguem com as necessidades da sociedade.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação e para a realização deste trabalho. Que esta experiência não se encerre com a escrita deste artigo, mas fortaleça meu compromisso com a educação, com a inclusão e com a construção de espaços em que todos tenham suas potencialidades reconhecidas e seu direito de aprender respeitado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GÓES, C. B. **Salas de recursos multifuncionais como política de inclusão no município de Feira de Santana – BA: dos contextos da influência aos contextos da prática**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38961. Acesso em: 28 out. 2026.

GÓES, C. B. Salas de recursos multifuncionais como política de inclusão no município de Feira de Santana – BA: pela ótica do ciclo de políticas. **Diálogos e Diversidade**, v. 4, e20108, 2024. Disponível em: https://revistas.uneb.br/rdd/article/view/20108. Acesso em: 28 out. 2026.

GÓES, C. B.; NEVES, B. C. As salas de recursos multifuncionais do município de Feira de Santana – Bahia: uma investigação do contexto da prática. **Educação & Linguagem**, ano 11, n. especial 1, p. 145-156, dez. 2024. Disponível em:

https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2024/12/13_REdLi.2024.Esp_1.pdf. Acesso em: 28 out. 2026.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PIMENTEL, S. C. A didática a serviço da inclusão de estudantes com deficiência na escola comum. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 4, n. 1, p. 66-78, 2018. DOI: https://doi.org/10.12957/riae.2018.29457.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.